

SOFRIMENTO PSÍQUICO EM POLICIAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO DA PSICOPATOLOGIA NO ÂMBITO POLICIAL

Lavínia Victoria Batista da França¹
Orientador: Júlio Cesar Hoenisch

RESUMO: O presente artigo propõe uma abordagem crítica acerca do sofrimento psíquico em policiais do Brasil, bem como a perspectiva psicopatológica na atuação destes profissionais no combate a criminalidade. Desse modo, buscou a associação entre o preparo psicológico oferecido na formação policial e a rotina de exposição ao estresse e exaustão emocional, as percepções midiáticas e populacionais sobre o trabalho policial no Brasil, além da subjetividade ou manutenção de caráter desses profissionais. Destacou fatores que influenciam nas manifestações sintomáticas relacionadas ao estresse psicológico como: o treinamento para a formação policial; problemas de saúde, incluindo risco de vida dentro e fora da atuação; condições adversas de trabalho, como carga horária excessiva; constante exposição ao estresse e violência. Por conseguinte, questionou o preparo psicológico durante o curso de formação que influencia, além da atuação policial, a sua qualidade de vida e individualização. Inferiu-se apontando a necessidade de intervenções que visem, além da promoção da saúde e integridade física de policiais brasileiros, sobretudo a saúde mental, bem como a assistência e preparo psicológico para exercerem suas atividades.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico; policiais; saúde mental; assistência psicológica; psicopatologia.

ABSTRACT: This article proposes a critical approach to the psychic suffering of Brazilian police officers, as well as the psychopathological perspective on the performance of these professionals in fighting crime. Thus, it sought the association between the psychological preparation offered in police training and the routine exposure to stress and emotional exhaustion, the media and population perceptions about police work in Brazil, and the subjectivity or character maintenance of these professionals. It highlighted factors that influence the symptomatic manifestations related to psychological stress such as: police training; health problems, including life risk inside and outside the performance; adverse work conditions, such as excessive workload; constant exposure to stress and violence. Therefore, it questioned the psychological preparation during the training course that influences, besides police performance, their quality of life and individualization. It was inferred that there is a need for interventions aimed at promoting the health and physical integrity of Brazilian policemen, and especially the mental health, as well as psychological assistance and preparation to perform their activities.

Keywords: Psychic suffering; police; mental health; psychological assistance; psychopathology.

1. INTRODUÇÃO

Uma das categorias de trabalho que apresentam o maior risco de vida e estresse psicológico no mundo é a policial. No Brasil, a criminalidade está ganhando mais força a cada dia, o que torna cada vez mais desafiador o trabalho da polícia. Contudo, é de grande importância que a população tenha uma segurança pública capacitada, com profissionais treinados para garantir a sua proteção e integridade diante de toda a violência que impera no crime.

¹ Formação em Psicologia pela UNIME. Especializanda em Psicopatologia e Curso de Vida pela UCSAL. E-mail: laviniabranca@hotmail.com – Autora.

Considera-se o sofrimento psíquico como decorrente de múltiplos fatores, devido à carga psíquica e às demandas da organização do trabalho: ritmo, jornada, monotonia e repetitividade, frequência de situações emergenciais, autonomia, capacidade de respostas para os problemas situações emergentes, recursos e tecnologias disponíveis para a boa execução do trabalho. Tais fatores podem contribuir positivamente ou não sobre a subjetividade e o corpo do trabalhador (PINTO; FIGUEIREDO; SOUZA, 2013)

O sofrimento humano pode estar associado ao processo laboral e, para tanto, se faz necessário compreender suas causas a fim de modificá-lo e reorganizar contingências mais favoráveis ao processo de trabalho. O estresse, nesse contexto, é resultante da interação das características do indivíduo e das influências sofridas por ele por meio do contexto ambiental, isto é, trata-se da relação entre os meios internos e externos, juntamente com a percepção do indivíduo acerca de sua própria capacidade de resposta e enfrentamento (DEJOURS, 1992; LIPP, 1996).

Os policiais têm pouca mobilidade para tomar decisões, já que as atividades sempre estão condicionadas ao cumprimento estrito da ordem de um superior. Ao averiguarem as representações sociais de policiais civis sobre a profissionalização, Brito e Souza (2004) evidenciaram que esses policiais consideram que, muitas vezes, há subserviência da polícia quanto ao atendimento dos interesses de grupos políticos dominantes.

Por conseguinte, o processo de formação policial é tão árduo quanto a sua atuação, desde a sua extensa prova e as diversas fases eliminatórias e classificatórias até a nomeação de um profissional da polícia. Contudo, apesar de existir serviços psicológicos disponibilizados para policiais, a realidade do Brasil conta com profissionais cada vez menos preparados psicologicamente para situações em sua atividade. Portanto, estes profissionais que já passaram por um longo e desafiador percurso até a formação, estão submetidos diariamente a uma rotina de plantões extensivos expostos ao estresse psicológico e exaustão emocional, além do constante perigo e violência.

É importante salientar que este modelo de polícia que conhecemos atualmente, ou seja, a polícia ostensiva, é relativamente recente na história do mundo ocidental. Surge sob a ótica de uma nova concepção de Estado, cujo intuito é se produzir e manter a paz utilizando-se de soluções civilizadas e meios pacíficos (MUNIZ, 1999).

Porém, este modelo surge de interações entre elementos de responsabilidade política, nem sempre convergentes, como no consentimento e compreensão da população que depende do trabalho policial. Nesse sentido, os veículos de comunicação constantemente favorecem a cobrança na atuação desses profissionais, bem como o sensacionalismo midiático atual que opera na percepção de cidadãos na atividade policial, que infere-se no objeto desse estudo: o sofrimento psíquico de policiais brasileiros.

Isto posto, delimita-se o tema que norteou este estudo, qual seja: a manifestação do sofrimento psíquico de policiais brasileiros em atuação. Sobretudo fatores que englobam o trabalho policial desde o treinamento e a rotina de trabalho que os submetem ao estresse psicológico.

À guisa de problema de pesquisa, elegeu-se a seguinte questão: de que forma o preparo psicológico influencia na atuação e qualidade psíquica e emocional dos policiais brasileiros? Sobre este problema, o sofrimento psíquico como decorrência da falta de preparo e assistência psicológica de policiais brasileiros em atuação, apresenta-se como hipótese natural.

Os objetivos desta pesquisa, desta forma, foram:

Objetivo geral: Estudar as manifestações do sofrimento psíquico, bem como seus fatores associados, em policiais brasileiros em atuação.

Objetivos específicos:

- a. Discutir sobre a exposição ao perigo e risco de vida de policiais dentro e fora da atuação;
- b. Apontar perspectivas psicopatológicas da atuação policial: manifestações sintomáticas relacionadas ao estresse psicológico;
- c. Discorrer a necessidade de atenção e preparo psicológico desde o curso de formação policial;

Diante do atual índice de criminalidade no Brasil, o Governo Federal permanece investindo em concursos públicos para a formação de novos policiais. Porém, faz-se necessário também o investimento na saúde mental desses profissionais para que possam exercer suas atividades com qualidade de vida e integridade, oferecendo assim, proteção e confiança para a população que precisa e depende da polícia.

2. O TRABALHO NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS

Toda e qualquer profissão necessita de condições adequadas de trabalho. A precarização na organização da segurança pública brasileira, somada a periculosidade do trabalho policial são fatores que desencadeiam o sofrimento psíquico, que por sua vez, não se restringe ao âmbito profissional e atinge também a sua vida social e pessoal.

Tanto as condições de trabalho como a sua organização devem ser levadas em conta. Entende-se por condições de trabalho, o ambiente no qual o trabalhador está inserido, considerando os aspectos antropométricos, físicos, biológicos, químicos, de segurança e de higiene. Já a organização do trabalho é composta pelo agir organizacional, como as pessoas se comportam, quais são as tarefas prescritas e as reais, como acontece a divisão destas tarefas e das responsabilidades, a hierarquia dentro de um determinado grupo, relações de liderança e comando, etc. (DEJOURS, 1994; DEJOURS, 1992; HELOANI; CAPITÃO, 2003).

Valla (2002) afirma que a profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro. A morte é uma realidade na vida deste profissional visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo.

Silva e Vieira (2008) e Ferreira et. al. (2008) convergem ao afirmar que o sofrimento psíquico resulta também da conjugação das forças relacionadas ao trabalho, perpassado por rotinas intensas de trabalho, pelo pouco suporte social, incluindo o dos superiores hierárquicos. Segundo os autores esse sofrimento pode se desdobrar em casos de alcoolismo e depressão, podendo chegar ao suicídio.

Outro ponto trazido no artigo de Minayo et. al (2007) é o de que as condições materiais de trabalho, como o estado das viaturas, dos equipamentos de proteção e de trabalho influenciam de modo a maximizar a percepção de risco. Como nas condições atuais das polícias militares e civis brasileiras, que além da baixa remuneração para a atividade árdua, de excessiva exposição ao perigo, lidam também com a falta de assistência das políticas públicas em relação ao constante aumento da criminalidade e violência no país.

Silva e Leite (2007) chamam atenção para o fato de que, muitas vezes, os policiais são tidos pela população como violentos e imprevisíveis. Muitos cidadãos, sobretudo aqueles que vivem em áreas periféricas e violentas ou em contextos de favelas, não confiam no trabalho da polícia, uma vez que presenciaram ou foram vítimas da conduta discriminatória e, por vezes, duvidosa de algum policial diante da comunidade. Desse modo, a figura da polícia fica prejudicada, especialmente quando se considera que diversos profissionais demonstram uma conduta respaldada na ética e na responsabilidade de seus atos.

Outro fator influente sob o trabalho policial são os veículos midiáticos, como a internet e telejornais, que noticiam ações de combate ao crime. Estas ações oscilam sob a perspectiva, tanto dos meios de comunicação, quanto dos seus telespectadores, ora como heróis, protetores e que levam a justiça à população, ora como vilões, corruptos e até mesmo, assassinos. Há um território de controvérsias na atuação policial, na qual se esboça uma realidade pouco compreendida pela sociedade, cuja função de conter a violência e proteger a

população, exige ao mesmo tempo ações de proteção ao próprio policial, nas quais correm o risco de reproduzir esta violência ou tornar-se vítima.

A partir dessa perspectiva, deduz-se que se trata de uma categoria profissional de considerável vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, uma vez que o exercício da atuação apresenta uma rotina de tensão e riscos. Contudo, vale salientar que o estresse psicológico se apresenta de formas variadas, incluindo atos de raiva e esgotamento emocional durante confrontos e abordagens. Desse modo, homens e mulheres profissionais da polícia brasileira estão cada vez mais sendo reconhecidos por atuações divergentes à percepção de protetores da sociedade.

Entretanto, uma vez que as organizações de segurança pública brasileira investem na atenção psicológica e emocional destes profissionais, promovendo condições dignas de trabalho e preparo adequado no treinamento policial, são favorecidos o estado, pelo êxito no trabalho de combate ao crime, além da sua responsabilidade de segurança pública e a população, na garantia da sua proteção e integridade.

3. TREINAMENTO E ATUAÇÃO POLICIAL

Ferreira et. al. (2012), afirma que a organização do trabalho é um elemento imprescindível para a elaboração do sentido do trabalho, pois figura possibilitando a amplificação de significados do indivíduo no mundo, sua colocação e reconhecimento frente à sociedade.

A ausência de folgas, trabalhar em turnos e na área operacional, alterações inopinadas na escala de serviço e sem algum aviso, lidar com situações de extrema violência, a vivência contínua e constante de situações de miséria, desamparo, crises e mortes, estar submetido à rigidez da hierarquia e a da burocracia, a falta de apoio do supervisor, segundo Ferreira (2016) e Sousa (2018), são fatores organizacionais que propiciam o sofrimento. Freitas et. al. (2018) os associa à suscetibilidade dos trabalhadores ao surgimento de esgotamento emocional ou síndrome de Burnout.

O processo de formação policial, desde as avaliações, exige conhecimento, para as diversas etapas de prova até a aprovação, preparo físico para os testes de aptidão e mental, para as avaliações psicológicas. O treinamento destes profissionais é contínuo, mesmo já exercendo a atuação. Contudo, vale ressaltar que pouco se vê noticiado a respeito da assistência psicológica dos policiais. O descaso na atenção a saúde mental dos responsáveis pela formação e treinamento policial resulta em consequências a curto e longo prazo na saúde física e mental dos profissionais.

Podemos identificar como facilitadores do sofrimento mental: as condições e organização ocupacionais, entre elas a falta de treinamento e planejamento das atividades; a jornada excessiva de trabalho; o reduzido tempo para o descanso e lazer; e as precárias condições materiais e técnicas para o desenvolvimento das atividades. A tudo isso somam-se os baixos salários e as condições de trabalho inadequadas [...]. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 225)

Cabe ressaltar que o combate constante a situações de violência é simbolizado como “rotina” pelos servidores e que atuar em determinados postos é visto como “sentença de morte”, devido ao alto número de vitimizações que ocorrem no policiamento ostensivo (MINAYO, 2011). Assim, com o aumento da demanda, o serviço de policiamento militar tem apresentado nível de estresse superior ao de outras categorias profissionais devido as atividades realizadas, que em consoante, acarretam sofrimento psíquico entre os mesmos (SOUZA et al., 2007; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; GUIMARÃES et al., 2014)

3.1 EXPOSIÇÃO AO PERIGO E RISCO DE VIDA

Baseado em Minayo et. al (2007), pode-se afirmar que o risco da profissão policial é inerente à existência desses agentes, porque a identidade profissional atua como fundante de uma forma de ser trabalhador, de modo que os acompanha também nos momentos em que não estão trabalhando, e que se reflete inclusive em suas relações familiares e sociais. Isso também parece gerar uma percepção de risco maior do que a experiência de vitimização, embora não se possa subestimar o impacto da sensação constante da iminência de algum risco na saúde mental.

O sentimento de medo permeia a atividade profissional, embora na maior parte das vezes não possa ser devidamente assumido, por receio de serem excluídos ou ridicularizados em seus locais de trabalho. O sofrimento psíquico também aparece como resultado da impossibilidade de manifestar ou sentir abertamente esse medo, de acordo com Minayo et. al (2008).

No que tange a prática da atuação policial, dois dos principais fatores que contribuem para a manifestação do sofrimento psíquico são a exposição ao perigo e risco de vida. Tais fatores favorecem o agravamento do quadro de sofrimento, podendo evoluir para quadros mais graves como síndromes, transtornos ansiosos, depressão e suicídio.

Menezes (2016), realizou uma pesquisa sobre suicídio onde corrobora a premissa de que fatores como o estresse ocupacional, a exposição a situações de violência e morte, o estresse, a percepção negativa de sua imagem profissional frente à opinião pública e a busca tardia por apoio emocional e psicológico estão vinculados ao risco de consumação de suicídio entre policiais, considerando o acesso à arma de fogo como uma peculiaridade que exerce influência nesse sentido e ressaltando ainda o elevado grau de sofrimento psíquico gerado por tais circunstâncias.

O suicídio de policiais é uma realidade agravante, bem como os impactos que se desdobram em consequências para quem está próximo de quem o consome, marcando significativamente suas relações sociais, entretanto, segundo Miranda (2016), em detrimento desse caráter de gravidade, o poder público e as instituições policiais, que são responsáveis em seus respectivos níveis de competência pela gestão das polícias, não tem dado a devida importância ao problema.

4. PERSPECTIVAS PSICOPATOLÓGICAS DA ATUAÇÃO POLICIAL

Nos últimos anos, o número de casos de policiais militares com transtornos mentais tem demonstrado um aumento considerável, como relata Neto (2018) sobre os dados da polícia militar (PM) do Rio de Janeiro (PEMRJ), do ano de 2015 a 2017. Houve um aumento de 61,5% na concessão de licenças para tratamento psiquiátrico, entretanto o número de servidores adoecidos pode ser maior, tendo em vista que muitos policiais não recorrem ao atendimento especializado por medo

de coerção dos colegas e da própria corporação, o que pode levar risco a vida de outras pessoas e do próprio profissional. (Azevedo, et.al. 2017)

Ademais, o estresse psicológico da rotina dos profissionais da polícia brasileira surge como um dos principais fatores para a manifestação do sofrimento psíquico. Dalgalarrondo (2008) apresenta duas psicopatologias que podem estar relacionadas ao estresse emocional como a Síndrome do Esgotamento Profissional ou Síndrome de Burnout e o Transtorno de Estresse Pós-traumático. O TEPT apresenta-se de forma mais específica a eventos traumáticos, na atuação policial, como em confrontos com criminosos, sequestros, presenciar de forma cotidiana a violência e morte de cidadãos e colegas de profissão, entre outros, muito comum em combatentes em atuação e ex-combatentes de guerra.

4.1 SINTOMAS RELACIONADOS AO ESTRESSE PSICOLÓGICO

O estresse é definido por Lipp (2004) como um estado de tensão que causa uma ruptura no equilíbrio interno do organismo. Quando o estresse ocorre, o equilíbrio (homeostase) é quebrado, e não há mais entrosamento entre os vários órgãos do corpo. Alguns órgãos precisam trabalhar mais e outros menos, para poderem lidar com o problema, causando o estresse inicial. Como, por natureza, o organismo tem o impulso de buscar o equilíbrio, automaticamente é feito um esforço para restabelecer a homeostase interior. Quando consegue restabelecer a ordem interior, o estresse é eliminado, e o organismo recupera-se e volta ao seu estado normal. A volta ao equilíbrio pode ocorrer pelo término da fonte de estresse ou quando se aprende a lidar com ela adequadamente, mesmo em sua presença. Porém, nem sempre a volta ao equilíbrio pelo organismo ocorre de forma satisfatória.

Em uma pesquisa realizada por Ferreira (2009), são apontadas alterações de sono, distúrbios gastrointestinais, cardiovasculares, desordens psíquicas e prejuízos à relação social e familiar, como consequências do trabalho em turno realizado por policiais.

Para Lipp e Tanganelli (2002), várias complicações podem aparecer como resposta a situações estressantes como, por exemplo: distúrbios no ritmo cardíaco, arteriosclerose, insônia, enfarte, cefaléias, derrame cerebral, úlceras, gastrite,

doenças inflamatórias, colite, problemas dermatológicos, tensão muscular, problemas sexuais, como a impotência e a frigidez, entre outros. Já com relação aos sintomas psicológicos encontram-se: impossibilidade de trabalhar, irritabilidade excessiva, pesadelos, apatia, depressão, angústia, ansiedade, perda do senso de humor, entre outros (Lipp, 2000). Além de saber as fases do estresse, é importante saber de onde ele vem. Pode-se dizer que existem estressores tanto externos quanto internos. As situações que vivenciamos no dia-a-dia, tanto na vida pessoal como no trabalho, e as pessoas com as quais nos relacionamos, podem se configurar em agentes estressores externos. Os estressores internos seriam as nossas crenças, nossos valores, características pessoais e a forma como interpretamos as diferentes situações (Lipp, 2003).

O estresse ocupacional pode gerar impacto para o próprio trabalho do indivíduo e para todas as outras áreas da sua vida, na medida em que há uma inter-relação entre todas elas. O estresse pode ser considerado como um risco que se associa de formas variadas a todos os tipos de trabalho, podendo prejudicar assim a saúde e o desempenho dos trabalhadores (LIPP; MALAGRIS, et.al., 2001, p.483).

Desse modo, insta ressaltar estas disfunções na saúde física do profissional da polícia, que interfere na sua qualidade de vida e rendimento de trabalho. Sem a devida atenção preventiva, assim como a saúde mental, pode agravar-se para além do bem-estar, sobretudo a condição de saúde para exercer suas atividades profissionais.

Atualmente, por exemplo, o burnout é considerado um dos construtos mais estudados no âmbito das relações entre estresse e trabalho. Maslach e Jackson (1986, apud Limongi-França, 2002), definem alguns aspectos do burnout, como o processo de exaustão emocional, em que o profissional tem uma sensação de esgotamento, falta de energia e uma sensação de que não irá se recuperar. A despersonalização é caracterizada pelo distanciamento emocional do profissional com aquelas pessoas que entram em contato com ele e com as atividades que desempenha, em que ficam freqüentes a frieza, indiferença e insensibilidade em relação ao trabalho, com sentimentos e atitudes negativas. Por conseguinte, a realização pessoal e profissional fica extremamente comprometida. O seu trabalho perde o sentido e existe um sentimento de inadequação.

Essa constante exposição ao perigo e a violência urbana e criminosa na qual estes profissionais estão inseridos, pode se incidir a grandes desvios comportamentais relacionados à sintomas do estresse psicológico, tais como: ações de fuga ou esquiva, podendo ocorrer em incapacidades de recordar trechos de acontecimentos que lhe causaram estresse emocional, perda de interesse por ações cotidianas, alterações ou distanciamento das suas relações interpessoais; dificuldades em estabelecer afetuosidade ou irritabilidade exacerbada que interfira em suas ações de afeto; perturbações ansiosas e do sono; entre outros categorizados por Dalgarrondo (2008) em suas obras a cerca da psicopatologia.

Tais sintomas são dificilmente percebidos, admitidos ou vistos com tamanha relevância pelos policiais que os enfrenta, principalmente sem a devida assistência psicológica que, em grande maioria dos profissionais, não buscam o auxílio necessário para a sua saúde mental e emocional.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

Por conseguinte, somam-se a este estudo as consultas a bases de dados periódicos com o objetivo de enriquecer a pesquisa. O presente trabalho adotou em sua composição, como estratégia metodológica, uma revisão qualitativa e descritiva da literatura nacional e internacional sobre o tema apresentado: Sofrimento psíquico em policiais brasileiros: um estudo da psicopatologia no âmbito policial.

Segundo Silva et al. (2002), a revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram, visto que esta revisão possibilita sintetizar as pesquisas já finalizadas e obter conclusões a partir do tema de interesse. O método bibliográfico é tido como um dos mais importantes métodos de pesquisa bem como serve para a realização de outros trabalhos no contexto acadêmico e fora dele. O presente estudo estrutura-se em etapas como introdução, questões norteadoras do objeto, problema de investigação, hipótese, objetivos gerais e específicos e fundamentação teórica.

Foram utilizadas pesquisas qualitativas descritivas com uso de fontes primárias e secundárias acerca de obras publicadas nos últimos anos. Na contextualização do estudo, em núcleo argumentativo, foram aplicados diversos descritores como sofrimento psíquico; policiais; saúde mental; assistência psicológica; psicopatologia. Ademais, foram acessados artigos científicos em bases de dados nacionais e internacionais traduzidos como Scielo, publicados entre os anos 2000 e 2020, consultados livros clínicos em psicologia abordando a temática da psicopatologia como a obra de Dalgarrondo publicada em 2008 que apresenta as classificações sintomáticas dos transtornos mentais, além de pesquisas sobre a relação entre a atividade policial e a saúde mental dos policiais brasileiros de autores como Minayo, Silva e outros.

6. CONCLUSÃO

Os profissionais da segurança pública brasileira trabalham para garantir a proteção da população, o combate ao crime e a violência urbana. Em sua atuação, estão sujeitos a uma rotina de constante exposição ao perigo e risco de perderem suas vidas em serviço. Cientes do trabalho árduo e imprevisível, policiais saem diariamente de suas casas para exercer sua atuação sem a garantia de que voltarão para as suas casas e famílias. Atualmente no Brasil, já é uma realidade comum entre a população relatar episódios da ação policial que se categorizam em decorrência da falta de preparo psicológico desde a formação.

Com isto, este estudo não isenta tais profissionais da responsabilidade em exercer suas atividades profissionais pautadas na ética e respeito aos cidadãos que lhe cabem proteger. Uma vez que os órgãos competentes utilizam de diversos métodos estratégicos durante o processo de avaliação e formação de novos policiais, o que incluem investigações sociais que, muitas vezes, não conseguem manejar a pesquisa efetiva da conduta de caráter dos candidatos, que se tornam policiais que reproduzem a perspectiva negativa sobre o trabalho da polícia.

Por conseguinte, além da constante exposição a situações de grande impacto emocional, policiais vivem uma incessante fiscalização da sociedade e veículos de comunicação como a imprensa, seus superiores, ademais suas próprias cobranças pessoais. O policial que muitas vezes apesar de perceber-se envolto ao estresse psicológico, não busca ajuda profissional, seja por medo do julgamento de terceiros ou dificuldades de aceitação pessoal em admitir o problema.

Tal pesquisa objetiva, sobretudo, a promoção da importância da atenção psicológica de profissionais da segurança pública, independente do nível hierárquico, uma vez que são todos seres humanos com emoções realizando um trabalho de alta periculosidade, acostumados com a tensão, ensinados desde a formação a enfrentar todo o tipo de situação com rigidez e postura profissional, mesmo as mais traumáticas.

Isto posto, é de responsabilidade política promover a atenção psicológica preventiva, conscientizando os profissionais e a população da importância da saúde mental com campanhas, programas de apoio e educação psicológica em parceria com veículos de imprensa para o maior alcance populacional, além da criação de mais espaço para psicólogos e psicólogas atuarem na assistência psicológica com o investimento político em cargos e concursos públicos em todos os estados do Brasil. Para uma segurança pública de qualidade e protetiva, são necessários profissionais preparados para exercer suas funções, com habilidade, aptidão, sobretudo, saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Daniela dos Santos; ABRANTES, Diego Saimon de Souza; SANTOS, Beatriz Maciel. **Transtornos Mentais em policiais militares: um estudo documental**. Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274| V. 5 | N.1 | jul-dez de 2017| p. 133-149.

BRITO, A. S.; SOUZA, L. **Representações sociais de policiais civil sobre profissionalização**. Sociologias, v. 6, n. 12, p. 304-327, jul/dez. 2004.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais-2** ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 171, 304-431

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. **Por um trabalho, fator de equilíbrio**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 3, mai./jun. 1993.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudos de psicopatologia do trabalho**. 5ª ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Cortez, 1992. _____. A Psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Atlas, 1994

FERREIRA, D. K. DA S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. DA S. **Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares**. Ciênc. saúde coletiva, v. 16, n. 8, p. 3403–3412, ago. 2011.

GUIMARÃES, L. A. M. et al. **Síndrome de Burnout e Qualidade de Vida de Policiais Militares e Civis**. Revista sul americana de psicologia, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 98-122, jan./jun. 2014.

LIMONGI-FRANÇA, A.C. (2002). **Stress e trabalho: Uma abordagem psicossomática**. In: Sampaio, J.R. & Galasso, L. (Ed.), Stress no mundo do trabalho: Trajetória conceitual. (pp. 54-71). São Paulo: Atlas

LIPP, M.N. & MALAGRIS, L. N. (2001). **Manejo do estresse**. São Paulo: Livro Pleno

LIPP, M.N. (2000). **Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LIPP, M.N. (2003). **Stress**. (5ª ed.). São Paulo: Contexto

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. DE S.; ASSIS, S. G. DE; OLIVEIRA, R. V. C. DE. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 4, p. 2199–2209, abr. 2011.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública**. Cad Saude Publica, v. 23, n. 11, p. 2767–2779, nov. 2007.

MENEZES, L. P. R. DE. **Suicídio e Ocupação: análise das publicações no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2016.

MUNIZ, J. **“SER POLICIAL É, SOBRETUDO, UMA RAZÃO DE SER” Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

PINTO, L. W.; FIGEIREDO, A. E. B.; SOUZA, E. R. **Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 633-44, 2013.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. **Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem**. Rev. Latino-Am. de Enferm. Maio/Jun. 2002; 10(3).

SILVA, M. B. DA; VIEIRA, S. B. **O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental**. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 161–170, dez. 2008.

SOUZA, E. R. DE et al. **Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 7, p. 1297–1311, jul. 2012.

SOUZA, E. R. et al. **Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica gênero**. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 105-114, jan. 2007.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. **Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 3, p. 362–370, 2006.

VALLA, W. O. **O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia**. *Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais*, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.